

RELATÓRIO DA VISITA AO AGRUPAMENTO DE
ESCOLAS DA BATALHA -

GRUPO DE TRABALHO DE ACOMPANHAMENTO
DAS TRANSFERÊNCIAS DE COMPETÊNCIAS NA
EDUCAÇÃO

Agrupamento de Escolas da Batalha - 19.abril.2017

Mandato do Grupo de Trabalho

Promoção da reflexão, acompanhamento e debate em torno das transferências de competências na educação.

Objetivo da visita

O Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação incluiu no seu Plano de Atividades o acompanhamento da execução dos contratos interadministrativos celebrados em julho de 2015 com 15 Municípios (Águeda, Amadora, Batalha, Cascais, Crato, Maia – tendo este sido recentemente denunciado – Matosinhos, Mealhada, Óbidos, Oeiras, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Sousel, Vila Nova de Famalicão e Vila de Rei), ao abrigo do disposto no [Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro](#).

Para esse efeito, foi enviado aos mesmos um questionário para se fazer o levantamento da situação, e na sequência das respostas de todos os Municípios foram realizadas visitas de trabalho a dois dos Municípios, Matosinhos e Cascais, respetivamente, em 2 e 3 de maio, para reunir com todos os agentes educativos e fazer o balanço da execução dos contratos.

Foi entretanto feita a audição do Conselho das Escolas, da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da Associação Nacional de Freguesias. Tal como foi realizada uma audição pública sobre a descentralização de competências na área da educação, para ouvir os agentes educativos e demais entidades competentes e uma Conferência subordinada ao tema “Descentralização e transferência de competências na educação: o papel do poder local”. Nesta 2.ª Sessão Legislativa foram já ouvidos sobre a matéria os membros do Governo envolvidos, a saber, o Ministro-Adjunto e o Secretário de Estado das Autarquias Locais, bem como a Secretária de Estado Adjunta da Educação. Toda a documentação respeitante à atividade desenvolvida pelo Grupo de Trabalho pode ser consultada na respetiva [página](#). Foi, ainda, enviado um questionário às escolas dos Municípios que celebraram os referidos contratos, com vista a realizar um balanço do funcionamento destes contratos. No seguimento da resposta a tais questionários, foi deliberada pelo Grupo de Trabalho a realização de visitas aos agrupamentos em questão, com vista a apurar do exercício de tais contratos *in loco*.

Delegação de Deputadas

Sandra Pontedeira (PS, em representação da Senhora Deputada Susana Amadora, Coordenadora do Grupo de Trabalho), Germana Rocha (PSD), Maria Augusta Santos (PS), Odete João (PS) Ilda Araújo Novo (CDS-PP) e Ana Virgínia Pereira (PCP).

Delegação do Agrupamento de Escolas Pioneiros da Aviação Portuguesa

Diretor da Escola – Luís Miguel Faustino Novais

Subdiretor da Escola – Jorge Manuel dos Santos Pereira

Representante do Conselho Geral – Célia Maria Murta Cadima

Contrato interadministrativo com o Município da Amadora – resposta a questionário pelo Agrupamento de Escolas

Contrato n.º 550/2015 - Diário da República n.º 145/2015, Série II de 2015-07-28

O questionário remetido ao Agrupamento de Escolas da Batalha foi preenchido pelo Senhor Diretor, Luís Miguel Faustino Novais.

Das respostas dadas ao questionário, temos que a Carta Educativa e o Plano Estratégico Educativo Municipal do Município da Batalha estão atualizados, encontrando-se em execução o contrato interadministrativo de delegação de competências celebrado entre o Município e o Ministério da Educação.

Neste âmbito, foi estabelecido entre o Município e o Agrupamento de Escolas um modo de articulação e diálogo permanente entre os respetivos responsáveis. Já os encarregados de educação participam em articulação com a Associação de Pais e no Conselho Geral.

Está, ainda, em funcionamento a Comissão de Acompanhamento da execução do contrato, que desenvolve reuniões periódicas de acompanhamento do projeto piloto, com análise da execução do projeto, e com apresentação de propostas de melhoria.

O Agrupamento não elenca constrangimentos, referindo que os mesmos estão elencados no relatório de avaliação do projeto piloto 2015/2016, elaborado pela comissão de acompanhamento da execução do projeto.

Neste seguimento, considera que as intervenções do Município com o seu Agrupamento estão a funcionar, articuladamente e em consonância com o previsto na matriz de responsabilidades anexas ao contrato interadministrativo. Ao nível da intervenção do Conselho Municipal de Educação, referiu que este deu parecer para o Plano Estratégico Educativo Municipal.

Foram transferidas para o Município infraestruturas escolares do Agrupamento de Escolas, registando como dificuldade o registo nas finanças dos edifícios escolares e referindo que as mesmas não são da titularidade da Parque Escolar. Em consequência, referiu estar já aprovado o plano de reabilitação das escolas do Agrupamento de Escolas, estando em fase de concurso.

O Agrupamento considera que não existe articulação para que proceda à afetação dos recursos docentes disponíveis, nos termos da legislação aplicável, uma vez que esta competência é do Ministério da Educação, não constando da matriz de transferências.

O Agrupamento informa que o Município não delegou nas escolas competências para o recrutamento e gestão do pessoal não docente. Contudo, existe mobilidade de pessoal não docente dentro das escolas do Município, em função das necessidades das escolas e do perfil individual de cada funcionário, considerando como vantagem da mobilidade a superação das necessidades e prestação de um serviço de melhor qualidade, e como desvantagem as dificuldades de adaptação e a resistência à mudança. Nessa medida, considera que a fórmula legal de atribuição do pessoal não docente não se encontra ajustada. Como motivo para tal, apontam o facto de a Portaria do rácio não estar adequada à realidade das escolas, propondo como solução a alteração desta Portaria para valores que contemplem o horário de funcionamento das escolas, o tipo de edifícios, os alunos com necessidades educativas especiais que necessitam de um acompanhamento a tempo inteiro e a localização dos diferentes grupos.

Na opinião do Agrupamento, não estão assegurados os recursos humanos e técnicos necessários para apoio e acompanhamento dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, para os serviços de psicologia e orientação e para outros técnicos. Referem, assim, que o Agrupamento possui apenas um Psicólogo do SPO para 1.874 alunos. Acresce que, tendo em consideração as situações reais, considera ser necessária a existência de um mediador de conflitos e de um Assistente Social, para além de outro Psicólogo, para a criação de uma equipa multidisciplinar de mediação de conflitos.

Considera, ainda, que existe interligação do projeto educativo do Agrupamento de Escolas com a realidade local, nomeadamente porque efetuam o diagnóstico e analisados os

contextos interno e externo, definidos objetivos gerais que, em consonância com a missão delineada e apontando um rumo para os objetivos a formular no âmbito dos planos de atividades, constituindo referência comum, os seguintes:

- Promover o sucesso, prevenir o abandono escolar dos alunos e desenvolver a qualidade das aprendizagens;
- Promover a equidade social, criando condições para a concretização da igualdade de oportunidades para todos numa escola inclusiva;
- Aprofundar as relações entre a escola e a comunidade;
- Fomentar uma cultura de avaliação permanente;
- Consolidar uma cultura de escola;
- Formar cidadãos ativos, solidários e responsáveis;
- Promover a adoção de hábitos de vida saudáveis;
- Assegurar as melhores condições de estudo e de trabalho e de desenvolvimento pessoal e profissional.

O Município não recorreu à contratação de pessoal docente no âmbito da oferta formativa específica de base local, mas foi celebrado protocolo de colaboração entre o Município e o Agrupamento de Escolas para efeitos das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), encontrando-se o Ministério da Educação a cumprir as obrigações que lhe incumbem no âmbito das AEC, tal como têm sido recebidos os recursos financeiros necessários para o exercício das competências não delegadas no Município.

O Agrupamento considera que têm sido realizados esforços para assegurar e promover o aprofundamento progressivo da autonomia do Agrupamento de Escolas, a competência do respetivo Conselho Geral e do Conselho Administrativo, bem como a sua maior flexibilização organizacional e pedagógica, nomeadamente através da realização do contrato de autonomia e do contrato interadministrativo, procurando o Agrupamento implementar alguma flexibilidade em matéria de gestão pedagógica e administrativa, participando em projetos nacionais e internacionais.

Nesta medida, o Agrupamento tem autonomia em matérias de elaboração de horários e de constituição de turmas, tal como participa na definição da rede escolar e da oferta formativa.

Até ao momento, a avaliação que fazem da delegação de competências no âmbito da execução do contrato é positiva, remetendo a identificação dos pontos fortes e fracos, e das vantagens e desvantagens, para o relatório elaborado pela comissão de acompanhamento.

Por fim, referem considerar como melhor forma para a delegação de competências o contrato.

Reunião com o Agrupamento de Escolas

O Diretor do Agrupamento, Luís Miguel Faustino Novais, deu as boas-vindas à delegação composta pelas Senhoras Deputadas supra identificadas, fazendo-se acompanhar pelo Subdiretor, Jorge Manuel dos Santos Pereira e pela Representante do Conselho Geral, Célia Maria Murta Cadima.

A Senhora Deputada Sandra Pontedeira (PS), em representação da Senhora Deputada Susana Amador (PS), Coordenadora do Grupo de Trabalho, fez o enquadramento da temática objeto da reunião, deu informação sobre as atividades desenvolvidas e previstas pelo Grupo de Trabalho e referiu estar em discussão a [Proposta de Lei n.º 62/XIII/2.ª \(GOV\)](#) - Estabelece o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local, e salientando que a intervenção deste Grupo de Trabalho se circunscrevia à matéria da educação.

O Diretor do Agrupamento, Luís Miguel Faustino Morais, procedeu à apresentação do Agrupamento de Escolas, mediante a exibição do *power point* que se encontra disponibilizado na [página do Grupo de Trabalho](#).

Expôs, assim, que em julho de 2009 a Escola Profissional de Artes e Ofícios Tradicionais da Batalha foi agrupada com a Escola Secundária da Batalha, e em abril de 2010 procedeu-se à fusão da Escola Básica Mouzinho de Albuquerque com a Escola Secundária da Batalha, com a constituição de uma única unidade orgânica.

O Contrato de Autonomia foi assinado no ano de 2013, e em 2015, no âmbito do Programa Aproximar, celebrou-se o contrato interadministrativo de delegação de competências, entre o Estado e o Município da Batalha, sendo uma das escolas incluídas no projeto-piloto.

O Agrupamento de Escolas possui 12 grupos de aluno em pré-escolas; 27 turmas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, 13 turmas do 2.º Ciclo do Ensino Básico; ao nível do 3.º Ciclo do Ensino Básico possui Ensino Geral e Ensino Vocacional (Artes, Ofícios e Tecnologias); já no Ensino Secundário, lecionam no âmbito do Ensino Geral (Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas e Línguas e Humanidades), Ensino Vocacional (Lojista), Ensino Profissional e EFA Escolar; possuem ainda um Centro Qualifica que engloba o Município da Batalha, de Leiria e de Porto de Mós.

O Diretor prosseguiu referindo os cursos do ensino profissional que ali são lecionados, bem como os projetos de que a escola dispõe, de âmbito local e internacional. Dentro dos projetos, salientou o projeto com a Academia Local CISCO Systems, tratando-se de uma formação da CISCO que foi introduzida dentro do curso de formação profissional de gestão de informática, considerando tratar-se de um resultado do contrato de autonomia. A integração desta formação no âmbito do curso profissional é feita por conta da formação prática/estágio profissional, e permite que o aluno prossiga esta formação, ao nível superior, nomeadamente no Instituto Politécnico de Leiria.

Informou, ainda, que atualmente dispõe de 195 protocolos com entidades privadas.

Por o Município trabalhar, agora, de forma diferente com as escolas, foi possível desenvolver ainda, os seguintes projetos: fruta escolar, Batalha saudável (programa de combate à obesidade), sentir a música (pré-escolar), heróis do museu, Xadrez para o 1.º ciclo do ensino básico (na componente de apoio à família), like saúde (programa de prevenção em comportamentos aditivos e dependência), e rede de escolas de excelência (com a Universidade de Lisboa). Tal como permitiu o desenvolvimento do projeto turma+, preparados para o futuro e o programa contra a violência no namoro.

Mencionou, ainda, que do contrato de autonomia surgiu a possibilidade de requalificação das escolas.

A Senhora Deputada Sandra Pontedeira (PS) agradeceu a exposição do Diretor e questionou se muitos dos projetos que o Agrupamento de Escolas dispõe se devem ao contrato de autonomia ou ao contrato interadministrativo, tendo o Senhor Diretor esclarecido que não. Ao que acrescentou que alguns projetos carecem de investimento municipal, como é o caso do projeto fruta escolar. Neste seguimento, a Senhora Deputada Sandra Pontedeira (PS) questionou se o Município não poderia continuar com esses programas, como é o caso da fruta escolar, sem a celebração daqueles contratos, ao que o Senhor Diretor referiu não ter conhecimento.

A Senhora Deputada Germana Rocha (PSD) agradeceu o Senhor Diretor pela intervenção e expôs que o Grupo Parlamentar do PSD defende a descentralização, salientando que esta experiência piloto está em fase de avaliação e é importante a deslocação aos agrupamentos e Câmaras Municipais para averiguar da execução destes contratos interadministrativos.

Referiu ter verificado que existem neste Agrupamento projetos muito inovadores e importantes, realçando o trabalho feito com vista ao estabelecimento de parcerias com outras entidades. De seguida, questionou o Senhor Diretor sobre a competência para gestão do pessoal não docente, se esta era do Agrupamento ou da Câmara Municipal, e quais os aspetos positivos que reconhece a esta delegação. Ao nível das Atividades de Enriquecimento Curricular, perguntou de quem era a responsabilidade pela sua organização e de que atividades se tratam. Por fim, e quanto à requalificação da escola, questionou para quando está prevista, quem vai lançar a obra e quais os prazos para a sua conclusão.

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) referiu que o Município delegou no Agrupamento de Escolas as competências que podia delegar, o que significa que ao nível da matriz de responsabilidades não haverá problemas. Assim, e não partindo do caso concreto, referiu que muitas escolas, e as suas Direções, falam de dificuldades nas burocracias administrativas e financeiras, associadas a este contrato interadministrativo, questionando se o Senhor Diretor sentia o mesmo. De seguida, questionou de quem era a responsabilidade pela aprovação da Oferta Educativa do Concelho e quem, na sua opinião, é que deveria ter esta competência. Questionou, ainda, se não existiam situações de conflito com o pessoal não docente, e se o problema não se prendia mais com o número de funcionários, do que com a função. Ao nível das Atividades de Enriquecimento Curricular, perguntou de quem era a responsabilidade pela gestão do pessoal não docente. Por fim, questionou se não existia conflitualidade na plataforma do Ministério da Educação.

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) também agradeceu a exposição do Senhor Diretor, e informou não ser entusiasta desta experiência, apesar de reconhecer a importância da descentralização de competências e da progressiva autonomia das escolas. Nesta medida, interpelou o Senhor Diretor quanto ao sentimento do corpo docente quanto a esta experiência, pois que a opinião generalizada é a de descontentamento quanto a este processo de “municipalização da educação”, alertando para que o recurso a esta expressão não deveria ser interpretado como negativo. Considerando que parte do pessoal pertence ao quadro do Município e outra ao do Agrupamento de Escolas, questionou como era o relacionamento deste pessoal não docente, pois que tem tido conhecimento de que esta gestão não é pacífica.

A Senhora Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) felicitou o Senhor Diretor pela excelente quantidade e qualidade dos projetos apresentados, parecendo ser um Agrupamento de Escolas muito ativo e vivo. Referiu, contudo, que a Câmara Municipal do município onde trabalhava não celebrou este contrato interadministrativo e, ainda assim, a escola onde lecionava dispunha de muitos dos projetos mencionados pelo Senhor Diretor. Prosseguiu, expondo que o contrato interadministrativo do anterior governo não é descentralização, e que o Grupo Parlamentar do PCP é contra a delegação de competências sociais do Estado. Na opinião do seu Grupo Parlamentar, a Educação não pode ser descentralizada, desde logo pelas assimetrias que existem ao nível do território. Assim, refere que o sucesso deste Agrupamento de Escolas é do corpo docente. Em consequência, expôs que o se verifica neste Agrupamento, não se repete em muitos outros concelhos e, por tal motivo, consideram que isto irá aumentar as assimetrias regionais existentes. Já quanto ao contrato interadministrativo propriamente dito, consideram que houve um ultrapassar de pessoas, uma vez que não foram consultados os professores, os quais não querem ficar sobre a tutela da Câmara Municipal. Concluiu, dizendo que a descentralização esvazia o Estado de uma das suas competências primaciais que é a Educação. Feita esta introdução, questionou qual o sentimento da escola e da sua comunidade escolar quanto ao facto de estar sobre o contrato interadministrativo. E qual o sentimento quanto à existência de duas tutelas do pessoal não docente, e se estes devem, ou não, passar para o Município. Por fim, questionou se considerava correto que os processos disciplinares fossem da competência de alguém exterior à Escola.

A Senhora Deputada Odete João (PS) congratulou o Diretor pelo trabalho feito e enalteceu a relação com os ex-alunos da escola. Salientou, ainda, o percurso sustentável que a escola tem feito, nomeadamente, quando há muitos anos se disponibilizou para acolher os alunos do 1.º Ciclo, em virtude do edifício, na altura, estar muito degradado. Contudo, referiu que apesar de existir uma boa relação da instituição com a Câmara Municipal, os problemas surgem habitualmente onde há partilha de competências e não existe uma clara separação. Assim, questionou se a gestão do pessoal não docente competia à Câmara Municipal, ou seja, se era a autarquia a colocar o pessoal escola a escola ou se essa gestão era feita pelo Agrupamento depois da contratação. Referiu, ainda, que este Agrupamento de Escolas possui um Gabinete de Apoio, uma Comissão de Conflitos e o projeto turma+, questionando até que ponto não haverá sobreposição de competências e qual a intervenção do

Encarregado de Educação perante as situações de indisciplina. Por fim, questionou como é que era feita a rede escolar e como é que se articulavam escola e autarquia.

Em resposta aos pedidos de esclarecimento das Senhoras Deputadas, o Senhor Diretor começou por referir que quando foram convidados para este contrato interadministrativo, o Município e a Câmara Municipal viram esta possibilidade com um interesse único, o de poder criar mais condições para os alunos. Para o Agrupamento de Escolas a preocupação não é saber quem faz, é saber o que é que é melhor para a escola, ou seja, se for melhor para a escola que seja o Agrupamento a tratar, trata o Agrupamento, mas se o melhor for o Município, então será este o responsável.

Quanto ao pessoal não docente, o que provém do Município, está em mobilidade. O Diretor não tem competência para contratar este pessoal, sendo esta competência do Município. Contudo, quem gere o pessoal não docente é o Agrupamento. Salientou, contudo, que tem de haver aqui um diálogo, sendo os funcionários geridos em função das necessidades, e esta gestão é feita por um membro da direção. Quanto ao tratamento dado ao pessoal não docente sob a tutela do Ministério da Educação referiu que é exatamente o mesmo que é dado ao pessoal não docente sob tutela da Câmara Municipal.

Já no que respeita às Atividades de Enriquecimento Curricular, quem faz a colocação é o Município, mas existe articulação num momento anterior, nomeadamente entre o Conselho Pedagógico da Escola e o Conselho Geral, sendo este último responsável pela validação das necessidades que são depois lançadas em concurso pelo Município. A colocação dos docentes destas Atividades é, assim, feita pela Câmara Municipal e o Senhor Diretor até prefere que assim seja, pois que a seleção não é fácil, mesmo quando os critérios estão bem definidos.

Quanto à requalificação da escola sede do Agrupamento de Escolas, informou que este processo foi feito em conjunto. A responsabilidade pela requalificação é do Município, e se tudo correr bem, as obras começam em julho e terminam no final do próximo ano.

Já no que respeita à matriz de responsabilidades, esta foi discutida e partilhada, tendo sido aprovada em Conselho Geral, sendo certo que existem ali responsabilidades que o Ministério da Educação e Ciência não abriu mão e portanto não pôde haver delegação. Acresce que, não acredita que exista um esvaziar das competências da escola, pois que o Agrupamento vê isto como uma oportunidade de trabalhar em conjunto, com possibilidade de resolução das competências mais próximas. O Diretor não sente que tenha perdido competências, antes que ganhou tempo para pensar nestas coisas. A Câmara Municipal ficou

com um conjunto de competências que o Agrupamento de escolar não conseguia gerir, como seja as questões de contratação de pessoal e serviços.

Considera que ainda existe alguma burocracia, exemplificando com o facto de terem pedido há dois meses ao Instituto da Gestão Financeira da Educação o seguro para uma viatura que dispõe, e até à data não terem obtido qualquer resposta. Já quando as questões são municipais, são resolvidas de forma mais célere, dando como exemplo as visitas ao estrangeiro dos alunos no âmbito dos referidos projetos.

O Senhor Diretor também considera que no que respeita às compras necessárias à escola, elas são melhor realizadas pelas Câmara Municipais que dispõe de funcionários com habilitações em matéria de compras públicas, bem como em apoio jurídico.

Na opinião do Senhor Diretor, o que é importante é o que é vantajoso para o Agrupamento.

No que respeita às Ofertas Educativas, referiu que tudo o que respeita a decisões pedagógicas, estas estão centradas nas escolas, através do Conselho Pedagógico. Tentou-se, nomeadamente, que a gestão de turmas fosse do próprio Município, mas não se conseguiu porque o Ministério da Educação e Ciência não o permitiu. A Oferta Educativa é, assim, articulada com o Município, até porque o acesso a algumas empresas é facilitado quando contacto é feito pelo Município.

Quanto à gestão do pessoal docente, tentam fazer com que todo o processo não seja burocrático, ou seja, a justificação de falta é feita no Agrupamento e o Presidente da Câmara Municipal depois ratifica. Os processos não transitam para os Municípios, se um funcionário pedir férias, o Diretor dá parecer e depois o Presidente da Câmara Municipal aprova e é tudo tratado por mail.

No que concerne aos rácios do pessoal não docente, a [Portaria n.º 1049-A/2008](#), de 16 de setembro, alterada pela [Portaria n.º 29/2015, de 12 de fevereiro](#), fala em “blocos”, mas os blocos deste Agrupamento de Escolas chegam a ter três pisos (rés-do-chão, 1.º piso e 2.º piso), pelo que todos os pisos deviam ter um funcionário. Esta portaria também não permite contabilizar os alunos com necessidades educativas especiais, nem pouco as necessidades afetas à existência de salas com laboratórios, e ainda o facto de, por exemplo, a escola sede funcionar das 7:00 às 24:00 e isto não estar contemplado naquela portaria.

O Senhor Diretor prosseguiu dizendo que o grande problema das plataformas é solicitarem, constantemente, a entrega dos mesmos elementos, o que faz com que percam muito tempo a preencher a plataforma e depois as entidades ainda pedem novamente os dados.

Considera que não existe comunicação entre as entidades, nem preocupação na consulta de dados. Quanto à plataforma criada para o acompanhamento do processo de descentralização, ainda não está a funcionar, os dados não estão lá, sendo a isto que se reporta quando fala em conflitualidade. Considera que devia haver uma plataforma única que permitisse filtrar o acesso a cada uma das entidades.

Quanto ao sentimento do corpo docente, há um ano atrás tinha cerca de 95% do corpo docente contra si, mas hoje não. Na prática nada mudou. O grande receio que existia era que os professores passassem para os Municípios, mas isto aqui no Município da Batalha nunca este em cima da mesa.

Sublinhou a necessidade de os Agrupamentos de Escola disporem de autonomia e recursos financeiros. Com efeito, sublinhou que não se compreende como é que um Subdiretor pode ter componente letiva, tal como os adjuntos que, na sua opinião, só deviam ter uma turma. Apesar de ter meio horário, acabam por ter um horário e meio de estabelecimento. No atual modelo, a Câmara Municipal permite libertar muito tempo de gestão económica do dia-a-dia da escola.

Já os processos disciplinares do pessoal não docente, o Senhor Diretor referiu que a competência é do Presidente da Câmara Municipal e até prefere que assim o seja. Contudo, em todos os processos disciplinares tem de haver uma gestão do processo na escola.

No que respeita à eventual gestão de conflitos entre o turma+, o Gabinete de Apoio, e a Comissão de Conflitos, referiu que a turma + é uma forma de premiar o mérito da melhor turma, é no fundo um prémio de mérito coletivo. A comissão de conflitos é dirigida à resolução de problemas de indisciplina, trata-se de uma equipa multidisciplinar, o Gabinete de Apoio é composto por um psicólogo e pelo coordenador daquele grupo. A Comissão houve as partes e as famílias e só depois de autorizar é que encaminham o processo. As questões que se prendam apenas com indisciplina vão para a Sala de Apoio Disciplinar, onde está outro docente. Entra-se em contacto com o encarregado de educação que diz ao pai o que aconteceu, e depois é o próprio aluno que diz aos pais o que é que aconteceu. O docente da Sala de Apoio Disciplinar faz depois um relatório que envia par ao Diretor de Turma, o qual depois reúne com os encarregados de educação. Trata-se de um trabalho conjunto entre a Comissão de Conflitos, o Gabinete de Apoio e a Sala de Apoio Disciplinas. A turma+ não se relaciona.

Por fim, o Senhor Diretor referiu não poder deixar de sublinhar a questão do financiamento, e do facto de haver transferência de verbas para o Município para a escola e depois da escola

par ao Instituto de Gestão Financeira. Considera que é importante aqui a questão do *timing* destas transferências, e por tal motivo considera conveniente que se convertam estas transferências em trimestrais. E referiu que, sempre que a situação está complicada o Município tem adiantado o dinheiro.

O Senhor Diretor pediu a palavra para expor duas reflexões: a primeira de que se trata de um processo que tem pé-de-barros e que pode estar dependente de alguns presidentes de câmara municipais e que deve caminhar para um aprofundamento. É, contudo, um risco o que não significa que não possa correr bem. A segunda, para falar da questão das refeições, referindo que funciona melhor a nível do local do que a nível Estadual, estando a Associação de Pais a tentar que esta responsabilidade passe para as Câmaras Municipais, por falta de resposta a nível central.

O Senhor Diretor acompanhou a delegação aos Paços do Concelho, para a visita de cortesia ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos, que se iniciou às 13:30.

O Senhor Presidente agradeceu pela visita das Senhoras Deputadas, sinalizando a importâncias da realização destas deslocações ao local. Começou por assinalar o relatório de execução, referindo que as questões deste Município são muito comuns com as do Município da Amadora. Considera que no caso da Batalha é mais fácil na medida em que dispõem, apenas, de um Agrupamento, onde se dá o caso de existir uma boa colaboração entre o Município e o agrupamento que já vem de trás. Referiu existirem já problemas identificados, como sejam as questões burocráticas e de transferência de verbas, bem como as plataformas. Ainda assim, a avaliação da Comissão de Acompanhamento é francamente positiva, referindo, contudo, que houve uma descida no sucesso educativo, mas que se tratam de casos isolados.

Prosseguiu, referindo que o Município da Batalha entendeu reforçar a componente financeira para as escolas, investindo o orçamento municipal mais na educação. Do ponto de vista financeiro, no âmbito das transferências, são mais eficientes.

O Município irá acolher todas as propostas da Escola, salientando que o próprio Município foi o percursor de algumas iniciativas, como seja o like saúde, o combate à obesidade infantil e o Erasmus+.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu fazer uma avaliação francamente positiva e que é possível fazer uma avaliação reforçada. O sucesso que atribuiu tem muito a ver com o facto de estar centralizado na escola e nos professores. Tal como a Câmara também está mais próxima para este processo. O foco aqui tem sido sempre a escola, existindo aqui um objetivo comum que é liderado pela escola e em benefício daquilo que é o centro da educação que é o aluno.

A Senhora Deputada Sandra Pontedeira (PS), agradeceu a receção do Município, pois que permite ter conhecimento com a realidade do local, da escola, e do relacionamento próxima que existe com a escola. E considera que tal sucede do facto de já existir uma relação com o Agrupamento de Escola. Assim, saudou e parabenizou tanto o Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Diretor, pela existência desta relação profícua e motivadora.

A Senhora Deputada Germana Rocha (PS) referiu que a explicação do Agrupamento de Escolas foi muito esclarecedora. Em nome do seu Grupo Parlamentar, ficou muito agradada com o número de projetos em mesa, pela sua inovação e atualidade. E foi muito profícua esta reunião e conhecer a realidade no terreno. Contudo, referiu ter uma questão a colocar que se prende com a requalificação das escolas. O Município lançou os concursos para as obras, mas em que termos é que estas obras irão ser realizadas, por recurso a fundos comunitários ou do orçamento local.

A Senhora Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) referiu que no entender o seu Grupo Parlamentar este processo tem acarretados ganhos. Contudo, tem algumas reservas quanto às diferentes características territoriais e de assimetrias, considerado que não devia ser um lei quadro, mas antes uma lei que permitisse a adequação ao local. Considera que se trata de um modelo que funciona mas que tem, ainda, de ser ajustado. Terminou, referindo que ficou muito agradada com o que tem sido feito pela escola e o facto de a Câmara Municipal ser muito receptiva destas iniciativas.

A Senhora Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) saudou e felicitou o trabalho da escola para a grande qualidade e variedade de projetos que apresentam e que são mérito deles, da Escola, dos Pais e dos Alunos. Contudo, referiu que a posição do PCP vai contra a

descentralização, o que não impede que não possamos ver que este relacionamento que existe entre a Câmara Municipal da Batalha e o Agrupamento de escolas foi facilitados pelo facto de só existir um agrupamento, mas também com a forma como a câmara municipal vê a educação. Considera, a Senhora Deputada, que o que aqui se viu não é replicado em todo o território. O projeto parece estar a funcionar muito bem, mas ao nível do Estado entendem que o Estado não pode ser desresponsabilizado da sua função social de Educação.

A Senhora Deputada Maria Augusta Santos (PS) felicitou o Senhor Presidente, referindo que, de facto, o trabalho está facilitado porque só existe um Agrupamento de Escolas. Assim, expôs que as realidades locais têm de ser trabalhadas em termos locais. Na generalidade dos Agrupamentos de Escolas e Municípios ainda há alguma desconfiança por parte dos Professores e dos não docentes. Faz um apelo a que essa confiança possa ser adquirida com o tempo, o que parte da tutela, dos Municípios e até dos próprios agrupamentos, e com vista a dar resposta a uma mais e melhor educação, que é tudo o que se pretende.

A Senhora Deputada Odete João (PS) parabenizou o Senhor Presidente, salientando que este bom relacionamento já vem de trás, tratando-se de uma relação que tem vindo a ser firmada com o tempo. A Senhora Deputada referiu pretender colocar uma reflexão: o concelho da Batalha não tem problemas sociais, mas a escola sozinha não assegura tudo. Tem ação social, mas muitas vezes há problemas de habitação social, entre outros. Assim, pergunta se nesta área também existe um trabalho conjunto feito junto da família que a escola não possa fazer e que o Município até possa. Referiu, por fim, que este processo de transferência funciona bem quando as competências estão devidamente fixadas, salientando que é do conhecimento geral que não é assim em todos os Agrupamentos, e salientando, ainda, que não pode, tampouco, haver uma sobreposição de competências.

O Senhor Presidente, iniciou os esclarecimentos com as questões relativas como projeto de requalificação das escolas. Assim, referiu tratar-se de uma candidatura aos fundos comunitários, tratando-se de um eixo de intervenção municipal. O Município celebrou com o atual governo um protocolo e irão partilhar as despesas que forem da responsabilidade do Município a 50%. A intervenção na Batalha não foi realizada pela Parque Escolar. Com efeito, existia um projeto da Parque Escolar avaliado em 19 milhões para a recuperação e agora, a execução deste projeto irá custar aproximadamente 4 milhões e meio.

Continuou, referindo que o Município tem um pensamento estrutura nesta área e foi importante, para isto, a celebração do contrato interadministrativo.

Esta dificuldade de tratar tudo igual é ultrapassada, em parte, pelo contrato interadministrativo que permite a sua adaptação à realidade local. É, contudo, uma figura sensível.

Quanto às questões sociais, o Presidente referiu que o esforço por parte do Município foi feito, estando já identificados os casos sociais nas escolas, e existindo já reuniões regulares entre o psicólogo da Câmara Municipal e o da Escola, sobre estas questões. A pretensão atual é alargar estes envolvimento para que as instituições possam trabalhar em conjunto para o mesmo objetivo. Atualmente, a Câmara financia os alunos que não dispõe de condições para visitas escolares, apesar de se tratar de matéria não contemplada no contrato interadministrativo. Foi uma situação que se verificou com o acolhimento de uma família de refugiados que tem duas crianças e não dispõe de condições económicas para custear estas visitas.

Por fim, o Senhor Presidente valorizou o papel do Parlamento, por se tratar de um papel fundamental e o trabalho que tem vindo a ser desempenhado pelas Senhoras Deputadas, sem deixar de referir que a questão da descentralização tem sido muito experimentada e que, na sua opinião, quanto às escolas tem resultado. Estes bons resultados advirão, na opinião do Senhor Presidente, do facto de os Municípios identificarem bem quais as suas competências nesta área e intervirem apenas no âmbito dessas competências. Com efeito, no caso do seu Município, o Senhor Presidente optou por transferir todas as competências que o Diretor quis. Concluiu, dizendo estar convencido que o processo de descentralização é o caminho.

Neste seguimento as Senhoras Deputadas agradeceram a disponibilidade do Senhor Presidente, encerrando-se os trabalhos por volta das 14h00.

A documentação da visita é disponibilizada na [página do Grupo de Trabalho](#).

Palácio de S. Bento, 19 de abril de 2017

A assessora da Comissão
Ágata Leite